



“Este livro contém artigos doutrinários, pareceres e peças processuais elaborados nos últimos anos. Como se pode perceber da leitura do sumário, os temas tratados na obra são bastante diversificados. Porém, há em quase todos os textos um denominador comum: a compreensão da centralidade que deve ter a Constituição na ordem jurídica e nas relações sociais, e a aposta no seu papel como instrumento de luta, em favor dos direitos fundamentais, da democracia e dos valores republicanos. O Direito Constitucional, penso eu, é também uma ‘arte marcial’. Aqueles que desejam promover a transformação social por meio do Direito devem aprender a lutá-la” (texto extraído da apresentação do livro, elaborada pelo autor).

Autor
Daniel Sarmento

DIREITOS DEMOCRACIA E REPÚBLICA

Escritos de Direito Constitucional

Área específica
Direito Constitucional.

Áreas afins
Direito Administrativo. Direitos Humanos.

Público-alvo/consumidores
Estudantes de graduação e pós-graduação. Profissionais do Direito e candidatos em concursos públicos na área jurídica.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001258

S1246d

Sarmento, Daniel

Direitos, Democracia e República: escritos de Direito Constitucional/ Daniel Sarmento.– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

597 p.

ISBN: 978-85-450-0407-3

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direitos Humanos. I. Título.

CDD 341.2

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARMENTO, Daniel. Direitos, Democracia e República: escritos de Direito Constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 597 p. ISBN 978-85-450-0407-3.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Daniel Sarmento..... 19

I

ARTIGOS

NOTAS SOBRE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA:
A QUESTÃO DA “ÚLTIMA PALAVRA” E ALGUNS PARÂMETROS DE
AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL 23

- 1 A expansão da jurisdição constitucional e a chamada “dificuldade
contramajoritária” 23
- 2 Os diálogos interinstitucionais e sociais e a questão da “última palavra” 32
- 3 A presunção graduada de constitucionalidade dos atos normativos: alguns
parâmetros para a autocontenção judicial 39
- 4 Entre jurisdição e política constitucional 45

O DIREITO CONSTITUCIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL:
DIÁLOGOS E TENSÕES 49

- 1 Introdução 49
- 2 Constituição e crise da soberania estatal: “mal-estar da Constituição” ou advento
do constitucionalismo supranacional? 51
- 3 Bloco de constitucionalidade e a hierarquia dos tratados internacionais sobre
direitos humanos 61
- 4 Princípio do Cosmopolitismo: o diálogo internacional na interpretação
constitucional 67
- 4.1 Nem provincianismo constitucional... 67
- 4.2 ... nem imperialismo internacionalista 73
- 5 Conclusão 78

| | |
|--|-----|
| DAR VOZ A QUEM NÃO TEM VOZ: POR UMA NOVA LEITURA DO ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO..... | 79 |
| 1 Introdução | 79 |
| 2 A representação argumentativa, entre a realidade e a mistificação | 81 |
| 3 Por uma nova interpretação do art. 103, IX, da Constituição..... | 85 |
| 4 Conclusão | 88 |
| AÇÃO AFIRMATIVA ÉTNICO-RACIAL: A ADPF 186 E A DELICADA QUESTÃO DA AUTODECLARAÇÃO..... | 91 |
| 1 Uma merecida homenagem..... | 91 |
| 2 A ADPF 186 | 92 |
| 3 As ações afirmativas e o voto do Ministro Marco Aurélio..... | 92 |
| 4 Como definir os beneficiários? | 96 |
| 5 Conclusão | 99 |
| JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E RESPONSABILIDADE FEDERATIVA: SOLIDARIEDADE OU SUBSIDIARIEDADE? | 101 |
| 1 Introdução | 101 |
| 2 O regime da responsabilidade solidária (jurisprudência majoritária e PSV nº 4)..... | 103 |
| 3 A responsabilidade dos entes em razão da competência comum para cuidar da saúde (art. 23, II da CRFB/1988) | 104 |
| 4 O impacto da jurisprudência da responsabilidade solidária sobre a racionalidade da gestão do serviço público de saúde..... | 107 |
| 5 Os reflexos políticos e sociais da tese da responsabilidade solidária dos entes federativos | 109 |
| 6 Uma proposta alternativa ao regime da solidariedade..... | 110 |
| 7 Conclusão | 112 |
| UMA MISTURA TÓXICA: POLÍTICA, DINHEIRO E O FINANCIAMENTO DAS ELEIÇÕES..... | 113 |
| 1 Introdução | 113 |
| 2 O financiamento privado de campanhas políticas no Brasil..... | 114 |
| 2.1 A Constituição de 1988 e diretrizes ao financiamento eleitoral | 114 |
| 2.2 Quadro normativo do financiamento de campanha | 116 |
| 2.3 Quadro empírico do financiamento de campanha..... | 117 |
| 2.4 Um modelo de financiamento de campanha que não cabe na moldura constitucional..... | 120 |
| 3 A ADI nº 4.650 e a inconstitucionalidade do atual modelo de financiamento eleitoral..... | 121 |
| 3.1 Violação aos princípios da igualdade, da democracia e da República | 121 |
| 3.2 Interesses constitucionais contrapostos e vedação à proteção deficiente | 124 |
| 3.2.1 Limitar o financiamento eleitoral viola a liberdade de expressão dos doadores? | 125 |
| 3.2.2 Liberdade econômica dos doadores | 129 |
| 3.3 Algum pragmatismo | 129 |
| 3.3.1 Faltarão recursos para as campanhas eleitorais? | 130 |
| 3.3.2 A mudança pretendida favorece o <i>status quo</i> ? | 130 |
| 3.3.3 A medida estimulará o “caixa 2” de campanha? | 132 |
| 3.4 A legitimidade da atuação do Supremo Tribunal Federal no caso | 134 |
| 4 Conclusão | 136 |
| O MÍNIMO EXISTENCIAL..... | 139 |
| 1 Introdução | 139 |
| 2 Fundamentos filosóficos para o mínimo existencial | 142 |
| 2.1 Mínimo existencial e liberdade..... | 143 |
| 2.2 Mínimo existencial e democracia | 147 |
| 2.3 Mínimo existencial, necessidades básicas e justiça: fundamentação independente..... | 150 |
| 2.4 O mínimo existencial fragiliza os direitos sociais? | 151 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 3 | Sujeitos e conteúdo do direito ao mínimo existencial | 154 |
| 4 | A proteção judicial ao mínimo existencial..... | 163 |
| 4.1 | Mínimo existencial, direitos sociais e reserva do possível..... | 164 |
| 4.2 | Proteção judicial do mínimo existencial e técnicas processuais dialógicas e flexíveis | 169 |
| 5 | Conclusão | 172 |

II PARECERES

A GARANTIA DO DIREITO À POSSE DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS ANTES DA DESAPROPRIAÇÃO.....

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | Introdução: o problema | 177 |
| 2 | O Direito dos Quilombolas aos seus Territórios Étnicos como Direito Fundamental ... | 179 |
| 3 | Direitos Fundamentais, Máxima Efetividade, Eficácia Irradiante e Vinculação dos Particulares | 181 |
| 4 | Propriedade Privada <i>v.</i> Direito à Terra dos Quilombolas: Colisão de Direitos, Função Social da Propriedade e Princípio da Proporcionalidade..... | 184 |
| 5 | Afetação, Desapropriação Indireta e o Direito à Terra das Comunidades Quilombolas..... | 187 |
| 6 | Sugestão de Encaminhamento | 189 |

A PEC Nº 215/00 E AS CLÁUSULAS PÉTREAS: TERRAS INDÍGENAS COMO DIREITOS CONTRAMAJORITÁRIOS

| | | |
|----|--|-----|
| 1 | Introdução | 192 |
| 2 | Emendas constitucionais e cláusulas pétreas: controle judicial e interpretação | 193 |
| 3 | O Direito às Terras Indígenas como Cláusula Pétrea | 196 |
| 4 | O atentado ao Núcleo Essencial do Direito Fundamental às Terras Indígenas: subordinar um direito fundamental às escolhas políticas das maiorias parlamentares é comprometer a sua essência | 200 |
| 5 | A Ofensa ao Direito Fundamental à Cultura..... | 202 |
| 6 | A Afronta a Direito Adquirido diretamente decorrente da Constituição | 205 |
| 7 | A Violação ao Princípio do Devido Processo Legal Administrativo: violência ao direito a um julgador técnico e imparcial e à tutela processual adequada..... | 208 |
| 8 | A Ofensa ao Princípio da Separação de Poderes: violação da reserva de administração e traição às finalidades subjacentes à separação de poderes..... | 209 |
| 9 | A Absoluta Inconsistência da Justificativa da PEC nº 215..... | 213 |
| 10 | O Papel do STF na Defesa das Minorias: o caso dos povos indígenas | 215 |
| 11 | Conclusões..... | 216 |

LIBERDADES COMUNICATIVAS E “DIREITO AO ESQUECIMENTO” NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | A Consulta..... | 217 |
| 2 | Notas Preliminares | 218 |
| 3 | Direito à Informação, História e Memória | 220 |
| 3.1 | Direito à Informação..... | 220 |
| 3.2 | História, Interesse Público e Esquecimento..... | 223 |
| 3.3 | O Direito à Memória e Esquecimento | 225 |
| 4 | As Liberdades de Expressão e Imprensa como Direitos Preferenciais e o “Direito ao Esquecimento” | 228 |
| 5 | Liberdades Comunicativas <i>v.</i> Direito ao Esquecimento na Jurisdição breves notas sobre a jurisprudência nacional e comparada | 237 |
| 6 | Liberdades Comunicativas, Responsabilidade Civil e Direito ao Esquecimento | 242 |
| 7 | Sobra algum espaço para o “Direito ao Esquecimento” na ordem constitucional brasileira? O controle de dados pessoais que não envolvam interesse público | 244 |
| 8 | Resposta aos quesitos | 247 |

| | |
|--|--|
| LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS. | |
| LIMITES DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL NA RESTRIÇÃO A DIREITOS | |
| FUNDAMENTAIS..... 251 | |
| 1 | A Consulta..... 251 |
| 2 | Histórico do caso..... 252 |
| 3 | Liberdades Comunicativas e Publicidade 253 |
| 4 | Liberdade de Expressão: efeito irradiante e restrições..... 256 |
| 4.1 | Efeito radiante..... 256 |
| 4.2 | Restrições à liberdade de expressão e reserva legal 258 |
| 5 | A suposta revogação..... 261 |
| 6 | A Constitucionalidade do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.294/96..... 263 |
| 6.1 | Ponderação legislativa e margem de apreciação 263 |
| 6.2 | O respeito ao precedente firmado pelo STF na ADI nº 1755..... 266 |
| 7 | Da impossibilidade de extensão de restrição a direito fundamental por decisão aditiva..... 269 |
| 8 | Resposta aos quesitos 271 |
| AUTONOMIA DA DPU E LIMITES AO PODER DE REFORMA DA | |
| CONSTITUIÇÃO 275 | |
| 1 | A Consulta..... 275 |
| 2 | Igualdade, acesso à justiça e garantias institucionais da Defensoria Pública..... 276 |
| 3 | A inexistência de iniciativa privativa no processo legislativo das emendas à Constituição Federal 279 |
| 4 | Algumas distinções relevantes entre os limites ao poder constituinte decorrente dos Estados e ao poder de reforma da Constituição Federal 281 |
| 5 | A ausência de violação à cláusula pétrea da separação de poderes 284 |
| 6 | Conclusão 287 |
| O CABIMENTO DO <i>HABEAS CORPUS</i> COLETIVO NA ORDEM | |
| CONSTITUCIONAL BRASILEIRA..... 289 | |
| 1 | A Consulta..... 289 |
| 2 | A Tutela Coletiva do <i>Status Libertatis</i> 290 |
| 3 | Plasticidade do <i>habeas corpus</i> e tutela da liberdade..... 294 |
| 4 | O <i>habeas corpus</i> coletivo e o direito a uma tutela jurisdicional efetiva 297 |
| 5 | Coletivização de remédios constitucionais e a jurisprudência do STF 300 |
| 6 | Conclusões..... 301 |
| ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA, LIBERDADE E TRANSPORTE | |
| INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS: O “CASO UBER” 303 | |
| 1 | A Consulta..... 303 |
| 2 | Livre-iniciativa, livre concorrência e interpretação do direito infraconstitucional 305 |
| 2.1 | O papel dos princípios constitucionais na interpretação do Direito Econômico..... 305 |
| 2.2 | O princípio constitucional da livre-iniciativa 306 |
| 2.3 | O princípio constitucional da livre concorrência..... 309 |
| 3 | Constituição, serviços públicos e atividade econômica <i>stricto sensu</i> 311 |
| 3.1 | Noções Gerais 311 |
| 3.2 | Critérios para distinção entre “serviço público” e atividade econômica em sentido estrito..... 314 |
| 3.3 | Livre empresa, inovação e ausência de regulamentação da atividade econômica..... 317 |
| 4 | Transporte individual de passageiros como atividade econômica <i>stricto sensu</i> : interpretação da legislação vigente, restrições regulatórias e competência legislativa..... 319 |
| 4.1 | A interpretação constitucionalmente adequada da Lei nº 12.587/2012..... 319 |
| 4.2 | A debilidade dos argumentos em favor da proibição dos serviços da UBER e de seus motoristas parceiros..... 323 |
| 4.3 | (In)competência legislativa dos municípios, estados e distrito federal..... 326 |

| | | |
|---|-----------------------------|-----|
| 5 | Respostas aos quesitos..... | 329 |
|---|-----------------------------|-----|

INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO..... 331

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | A Consulta..... | 331 |
| 2 | Introdução: a Lei nº 7.183/2015, a crise econômica e a Constituição | 332 |
| 3 | A exploração e produção de petróleo..... | 335 |
| 3.1 | Aspectos técnicos da exploração e produção de petróleo | 335 |
| 3.2 | Disciplina jurídica da exploração e produção de petróleo | 337 |
| 3.3 | A aquisição originária do petróleo pelo concessionário..... | 339 |
| 4 | A Inconstitucionalidade da Lei nº 7.183/2015 | 340 |
| 4.1 | Violação ao artigo 155, inciso II, da Constituição: não há circulação jurídica e econômica de mercadoria | 340 |
| 4.2 | Violação ao artigo 146 da CF/88: falta de lei complementar para instituição de nova incidência tributária e para disciplinar possível conflito de competência entre estados | 346 |
| 4.3 | A base de cálculo não guarda relação com o fato gerador | 349 |
| 4.4 | Fraude ao regime jurídico decorrente da combinação dos artigos 155, §2º, inciso X, alínea “b” e 20, §1º da CF/88 | 350 |
| 4.5 | Violação ao artigo 154, inciso I, da CF/88 | 352 |
| 5 | Impactos negativos sobre o desenvolvimento nacional: violação ao artigo 3º, inciso II, da CF/88. | 352 |
| 6 | Resposta aos quesitos | 353 |

LIMITES DA COISA JULGADA E AUTONOMIA DESPORTIVA:

O CASO DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE 1987..... 355

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | A Consulta e o contexto fático-processual | 355 |
| 2 | Dimensões constitucionais da coisa julgada e ofensa direta à Lei Fundamental..... | 360 |
| 3 | A violação à coisa julgada pela decisão do STJ | 364 |
| 4 | Violação ao princípio da autonomia desportiva | 371 |
| 5 | A repercussão geral da controvérsia..... | 374 |
| 6 | Resposta aos quesitos | 377 |

ISENÇÕES FISCAIS DO ICMS E “GUERRA FISCAL”. AUTONOMIA FINANCEIRA DOS ESTADOS E COOPERAÇÃO NO FEDERALISMO. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DO ART. 155, §2º, XII, “G” DA CONSTITUIÇÃO. PRATICABILIDADE TRIBUTÁRIA E EFEITOS LOCAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL. EVENTUAL MODULAÇÃO TEMPORAL E PROTEÇÃO À BOA-FÉ DO CONTRIBUINTE

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | A Consulta..... | 379 |
| 2 | Introdução do problema..... | 380 |
| 3 | Interpretação sistemática: autonomia financeira dos Estados e cooperação federativa | 382 |
| 4 | A autonomia financeira dos Estados e os benefícios fiscais no ICMS | 383 |
| 5 | Interpretação sistemática e teleológica: guerra fiscal e cooperação federativa | 386 |
| 6 | A constitucionalidade da Lei nº 9.480/2010 do Estado do Mato Grosso | 391 |
| 6.1 | A praticabilidade como objetivo primário da legislação estadual impugnada | 393 |
| 6.2 | Ausência de lesão direta ou indireta à concorrência com outros Estados..... | 394 |
| 7 | Da necessidade de modulação dos efeitos da decisão, em caso de julgamento de procedência da ADI | 397 |
| 8 | Respostas aos quesitos..... | 402 |

A INCONSTITUCIONALIDADE DO VOTO DE QUALIDADE DO CARF

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | A Consulta..... | 405 |
| 2 | O voto de qualidade no CARF | 405 |
| 3 | Devido processo legal e dever de imparcialidade | 408 |
| 3.1 | A incompatibilidade entre o voto de qualidade do CARF, o devido processo legal e o mandamento de imparcialidade do julgador | 412 |

| | | |
|---|---|-----|
| 4 | A violação à moralidade administrativa pela aplicação do voto de qualidade..... | 418 |
| 5 | Sanções tributárias e o princípio <i>in dubio pro reo</i> | 420 |
| 6 | Conclusão | 423 |

SANEAMENTO BÁSICO, FEDERALISMO COOPERATIVO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E PARTICIPAÇÃO: INCONSTITUCIONALIDADES NA PRIVATIZAÇÃO DA CEDAE

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | A Consulta..... | 425 |
| 2 | Premissa fundamental: a gravidade da crise econômica não justifica o descumprimento da Constituição | 427 |
| 3 | Federalismo cooperativo, competência para prestação dos serviços de saneamento e necessidade de diálogo prévio com municípios e regiões metropolitanas..... | 428 |
| 4 | Saneamento básico, dever de proteção aos direitos fundamentais e princípios da prevenção e da precaução | 435 |
| 5 | Democracia participativa e devido processo legislativo..... | 441 |
| 6 | Razoabilidade e responsabilidade fiscal..... | 443 |
| 7 | Resposta aos quesitos | 445 |

COLABORAÇÃO PREMIADA. COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA HOMOLOGAÇÃO E LIMITES À SUA REVISÃO JUDICIAL POSTERIOR. PROTEÇÃO À CONFIANÇA, PRINCÍPIO ACUSATÓRIO E PROPORCIONALIDADE

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | A Consulta..... | 449 |
| 2 | Breves notas sobre os acordos de colaboração premiada e a Constituição de 88..... | 450 |
| 3 | A competência do relator para homologação dos acordos de colaboração premiada. Necessidade de atribuição de efeitos prospectivos à eventual alteração jurisprudencial sobre a matéria (técnica de <i>prospective overruling</i>)..... | 459 |
| 4 | Proteção à confiança legítima e proibição de comportamento contraditório: impossibilidade de desconstituição ou revisão judicial (em desfavor do colaborador) de acordos homologados de colaboração premiada | 463 |
| 5 | Princípio acusatório, atribuição do PGR e impossibilidade jurídica de decisão judicial obrigando o MPF a oferecer denúncia..... | 468 |
| 6 | Princípio da proporcionalidade e a pretensão à revisão ou anulação do acordo de colaboração premiada | 474 |
| 7 | Resposta aos quesitos | 477 |

III

PETIÇÕES INICIAIS E REPRESENTAÇÕES

REPRESENTAÇÃO AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA VISANDO AO AJUIZAMENTO DE ADI CONTRA AS REGRAS QUE DISCIPLINAM O ENSINO DE RELIGIÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | Introdução | 483 |
| 2 | Do Cabimento | 487 |
| | O princípio da laicidade do Estado | 488 |
| | Ensino público fundamental e laicidade estatal | 490 |
| 3 | Do Pedido de Medida Cautelar..... | 494 |
| 4 | Do pedido | 494 |

REPRESENTAÇÃO AO CONSELHO FEDERAL DA OAB VISANDO AO AJUIZAMENTO DE ADI CONTRA O FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHAS ELEITORAIS.....

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | Os Preceitos Legais Questionados..... | 498 |
| 2 | Eleições e Poder Econômico: Uma mistura tóxica | 499 |
| 3 | Da Violação ao Princípio da Igualdade..... | 503 |
| 4 | A Violação ao Princípio Democrático | 505 |
| 5 | A Violação ao Princípio Republicano..... | 507 |

| | | |
|---|---|-----|
| 6 | A Violação à Proporcionalidade como Proibição de Proteção Deficiente | 508 |
| 7 | Breves Notas sobre os Pedidos e Técnicas de Decisão no Controle de Constitucionalidade..... | 511 |
| 8 | Razões para uma Enérgica Intervenção da Jurisdição Constitucional..... | 515 |

PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 347, AJUIZADA PELO PSOL, EM QUE SE POSTULA O RECONHECIMENTO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....

| | | |
|------|---|-----|
| | | 519 |
| 1 | “INFERNO”: O SISTEMA PRISIONAL, A CONSTITUIÇÃO E O PAPEL DO STF..... | 520 |
| 2 | O estado de coisas inconstitucional e medidas congêneres no Direito Comparado | 523 |
| 3 | O CABIMENTO DA ADPF | 529 |
| 3.1 | A violação a preceito fundamental..... | 529 |
| 3.2 | Atos do poder público | 530 |
| 3.3 | Inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesividade | 531 |
| 4 | DEMOCRACIA, <i>EXPERTISE</i> E ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: REMÉDIOS FLEXÍVEIS E DIÁLOGO INSTITUCIONAL | 532 |
| 5 | GASTOS, MÍNIMO EXISTENCIAL E DEVER DE GARANTIA | 534 |
| 6 | O ABISMO ENTRE NORMA E REALIDADE..... | 537 |
| 6.1 | Superlotação..... | 538 |
| 6.2 | Presos provisórios..... | 540 |
| 6.3 | Acesso à justiça | 542 |
| 6.4 | Infraestrutura, organização e pessoal dos presídios..... | 543 |
| 6.5 | Assistência material ao preso..... | 545 |
| 6.6 | Assistência à saúde | 546 |
| 6.7 | Educação | 548 |
| 6.8 | Trabalho do preso..... | 549 |
| 6.9 | Tortura, sanções ilegítimas e uso da força | 550 |
| 6.10 | Mulheres encarceradas..... | 551 |
| 6.11 | População prisional LGBT | 552 |
| 6.12 | Uso do Fundo Penitenciário Nacional | 553 |
| 7 | MUDAR É POSSÍVEL: MEDIDAS QUE O STF DEVE IMPOR AOS PODERES PÚBLICOS | 555 |
| 7.1 | Elaboração e implementação de planos pela União e Estados, sob monitoramento judicial | 555 |
| 7.2 | Audiência de custódia..... | 556 |
| 7.3 | Consideração do estado de coisas inconstitucional na decisão sobre a prisão provisória. Necessidade de fundamentação das decisões que não aplicarem medidas cautelares diversas da prisão | 559 |
| 7.4 | Consideração do estado de coisas inconstitucional na aplicação e execução da pena...561 | |
| 8 | DA MEDIDA CAUTELAR | 567 |
| 9 | PEDIDO DEFINITIVO..... | 568 |

PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 402, AJUIZADA PELA REDE SUSTENTABILIDADE, VISANDO AO RECONHECIMENTO DE QUE RÉUS EM AÇÃO PENAL INSTAURADA PERANTE O STF NÃO PODEM OCUPAR CARGOS NA LINHA DE SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....

| | | |
|------|---|-----|
| I | QUESTÕES PRELIMINARES | 572 |
| I.1 | Da legitimidade ativa | 572 |
| I.2 | Do cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental | 572 |
| II | NO MÉRITO..... | 576 |
| II.1 | Inconstitucionalidade da permanência, na Presidência da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, de parlamentares que se encontrem inabilitados para o exercício da Presidência da República..... | 576 |
| II.2 | Uma distinção: A ação penal deve ter sido instaurada pelo STF..... | 580 |
| II.3 | Resposta a duas possíveis objeções..... | 581 |
| II.4 | Uma Tese Subsidiária: o afastamento apenas do substituto imediato do Presidente da República | 583 |

| | | |
|--|--|-----|
| III | DOS PEDIDOS | 583 |
| III.1 | Do pedido de medida liminar..... | 583 |
| III.2 | Dos pedidos e requerimentos definitivos..... | 584 |
| <p>PETIÇÃO DE <i>AMICUS CURIAE</i> DA CLÍNICA UERJ DIREITOS NA ADI Nº 5525, EM QUE SE POSTULA O RECONHECIMENTO DE QUE, NA HIPÓTESE DE VACÂNCIA DOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR RAZÕES ELEITORAIS, DEVE-SE REALIZAR ELEIÇÕES DIRETAS</p> | | |
| | Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.525..... | 587 |
| I | Introdução | 587 |
| II | A Admissão da Clínica UERJ Direitos como <i>Amicus Curiae</i> nesta ADI: relevância da questão e representatividade da postulante | 589 |
| | MÉRITO | 591 |
| III.A | Eleições diretas e hermenêutica constitucional: a interpretação restritiva das restrições a princípio tão fundamental..... | 591 |
| III.B | A constitucionalidade de “devolução” congressual ao povo do poder de eleger o Presidente da República | 594 |
| III.C | Interpretação e consequências: legitimidade das instituições e sentimento constitucional | 595 |
| III.D | Autocontenção Judicial e Democracia | 596 |
| IV | DO PEDIDO | 597 |